

LEGISLAÇÃO PORTUÁRIA

32) Com base na Lei nº 9.719, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário, institui multas pela inobservância de seus preceitos, e dá outras providências, assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ Cabe ao órgão gestor de mão de obra efetuar o pagamento da remuneração pelos serviços executados e das parcelas referentes a décimo terceiro salário e férias, diretamente ao trabalhador portuário avulso.

Justificativa: De acordo com a Lei 9.719/1998, o Operador Portuário repassa os valores devidos ao OGMO, e o OGMO, realiza o depósito das parcelas diretamente em contas individuais vinculadas dos trabalhadores, assim como os demais encargos **Aqui convém fazer um ressalva, que ao invés de usar o termo efetuar o pagamento, poderia usar o termo efetuar o depósito diretamente na conta do trabalhador portuário**

B ⇒ O órgão gestor de mão de obra manterá o registro do trabalhador portuário avulso que for cedido ao operador portuário para trabalhar em caráter permanente, podendo o trabalhador concorrer à escala como avulso.

C ⇒ A escalação do trabalhador portuário avulso, em sistema de rodízio, será feita pelo Operador Portuário.

D ⇒ Na escalação diária do trabalhador portuário avulso deverá sempre ser observado um intervalo mínimo de vinte e quatro horas consecutivas entre duas jornadas, salvo em situações excepcionais, constantes de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

=====

PARECER COMPLEMENTAR:

Após análise da argumentação do(s) recorrente(s), a Banca de elaboração da questão conclui que, não há motivo para anulação e não procede a argumentação do recurso.

DECISÃO DA BANCA: MANTER A QUESTÃO E O GABARITO.

=====

33) De acordo com a Lei 12.815/2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias, assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ Na modalidade de exploração indireta a União transfere a uma pessoa física a exploração dos portos e instalações portuárias desde que comprovada a capacidade para seu desempenho.

B ⇒ O arrendamento e a concessão tratam de cessão onerosa de área e infraestrutura pública localizada dentro do porto organizado, para exploração por prazo indeterminado.

C ⇒ **A exploração indireta do porto organizado e das instalações portuárias nele localizadas ocorrerá mediante concessão e arrendamento de bem público.**

Justificativa: Contido no primeiro § do Art 1º da Lei 12.815, que regula a exploração pela União, direta ou indiretamente, dos portos e instalações portuárias e as atividades desempenhadas pelos operadores portuários.

D ⇒ O instrumento jurídico para a exploração das instalações portuárias localizadas dentro da área do porto organizado se dá por meio de autorização.

=====

PARECER COMPLEMENTAR:

Após análise da argumentação do(s) recorrente(s), a Banca de elaboração da questão conclui que, não há motivo para anulação e não procede a argumentação do recurso.

DECISÃO DA BANCA: MANTER A QUESTÃO E O GABARITO.

=====